

- f) Avaliar a possibilidade de compatibilizar os Pólos de Desenvolvidimentos Industriais com outras iniciativas públicas ou privadas existentes nas proximidades das áreas de implantação dos Pólos de Desenvolvimento Industriais.

3.º — O Grupo de Trabalho tem um prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de entrada em vigor do presente Despacho para concluir os trabalhos e entregar o relatório final ao Vice-Presidente da República para apreciação da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros.

4.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Vice-Presidente da República.

5.º — Os efeitos deste Despacho retroagem à data de 4 de Março de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Março de 2013.

O Vice-Presidente da República, *Manuel Domingos Vicente*.

Despacho n.º 23/13 de 19 de Março

Considerando que à Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros compete, entre outras matérias, acompanhar a execução física dos projectos estruturantes com o objectivo de maximizar as oportunidades de ajustamentos e agregação multisectorial, assim como adoptar medidas de política que viabilizem a perfeita integração da componente transaccional e contextual dos projectos;

Havendo a necessidade de se dotar a Comissão para a Economia Real de informação actual sobre a execução da Estratégia de Relançamento da Indústria Têxtil e da Fileira do Algodão, aprovada pela Resolução n.º 9/00 da Comissão Permanente do Conselho de Ministros;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 131.º e do artigo 137.º, ambos da Constituição da República de Angola, do artigo 3.º do Regimento da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 218/12, de 15 de Outubro, e do artigo 4.º do Estatuto Orgânico dos Serviços de Apoio ao Vice-Presidente da República, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 223/12, de 16 de Novembro, determino:

1.º — É criado um Grupo de Trabalho com a finalidade específica de avaliar o estado de implementação da Estratégia de Relançamento da Indústria Têxtil Nacional e da Fileira do Algodão, que integra as seguintes entidades:

- a) Ministro da Economia — Coordenador;
- b) Ministro da Energia e Águas;
- c) Ministro da Agricultura;
- d) Ministro do Comércio;
- e) Ministro da Geologia e Minas;
- f) Ministro da Indústria;
- g) Secretário do Presidente da República para os Assuntos Económicos;
- h) Assessor para os Assuntos Económicos e Empresariais do Vice-Presidente da República.

2.º — O Grupo de Trabalho ora criado tem a atribuição geral de estudar a Estratégia de Relançamento da

Indústria Têxtil Nacional e da Fileira do Algodão e apresentar à Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros uma informação pormenorizada sobre o estado de implementação dos projectos, sem prejuízo das seguintes atribuições específicas:

- a) Analisar o estado de implementação dos projectos da Textang II, África Têxtil e SATEC;
- b) Analisar e propor medidas relativas à construção de uma fábrica de descaroçamento e fiação de algodão;
- c) Apresentar propostas sobre o modelo de gestão das fábricas;
- d) Proceder ao levantamento das infra-estruturas necessárias ao funcionamento das fábricas;
- e) Apresentar propostas sobre os locais para a plantação de algodão.

3.º — O Grupo de Trabalho tem um prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de entrada em vigor do presente Despacho para concluir os trabalhos e entregar o relatório final ao Vice-Presidente da República para apreciação da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros.

4.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Vice-Presidente da República.

5.º — Os efeitos deste Despacho retroagem à data de 4 de Março de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Março de 2013.

O Vice-Presidente da República, *Manuel Domingos Vicente*.

MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS

Decreto Executivo n.º 83/13 de 19 de Março

Tendo sido o Ministro dos Petróleos autorizado a definir e a estabelecer a divisão em blocos na Zona Terrestre da Bacia do Baixo Congo, para futuras concessões petrolíferas;

Convindo implementar tal deliberação;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e do 11.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, determino:

Artigo 1.º — É dividida a Zona Terrestre da Bacia do Congo em dez (10) blocos petrolíferos denominados Blocos CON 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

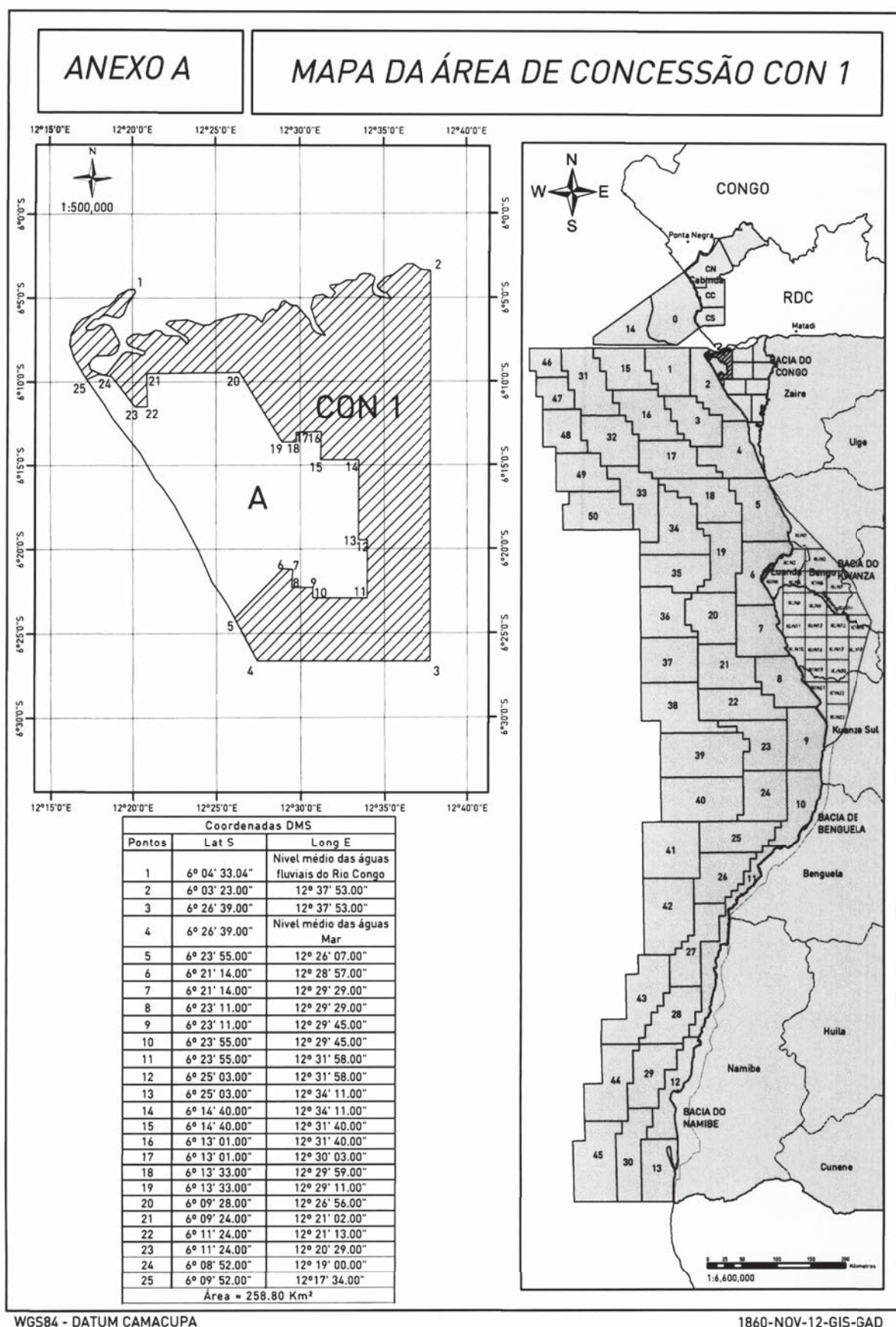
Artigo 2.º — Os mapas de localização, extensão e coordenadas geográficas dos referidos blocos constam do anexo que é parte integrante do presente Decreto Executivo.

Artigo 3.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

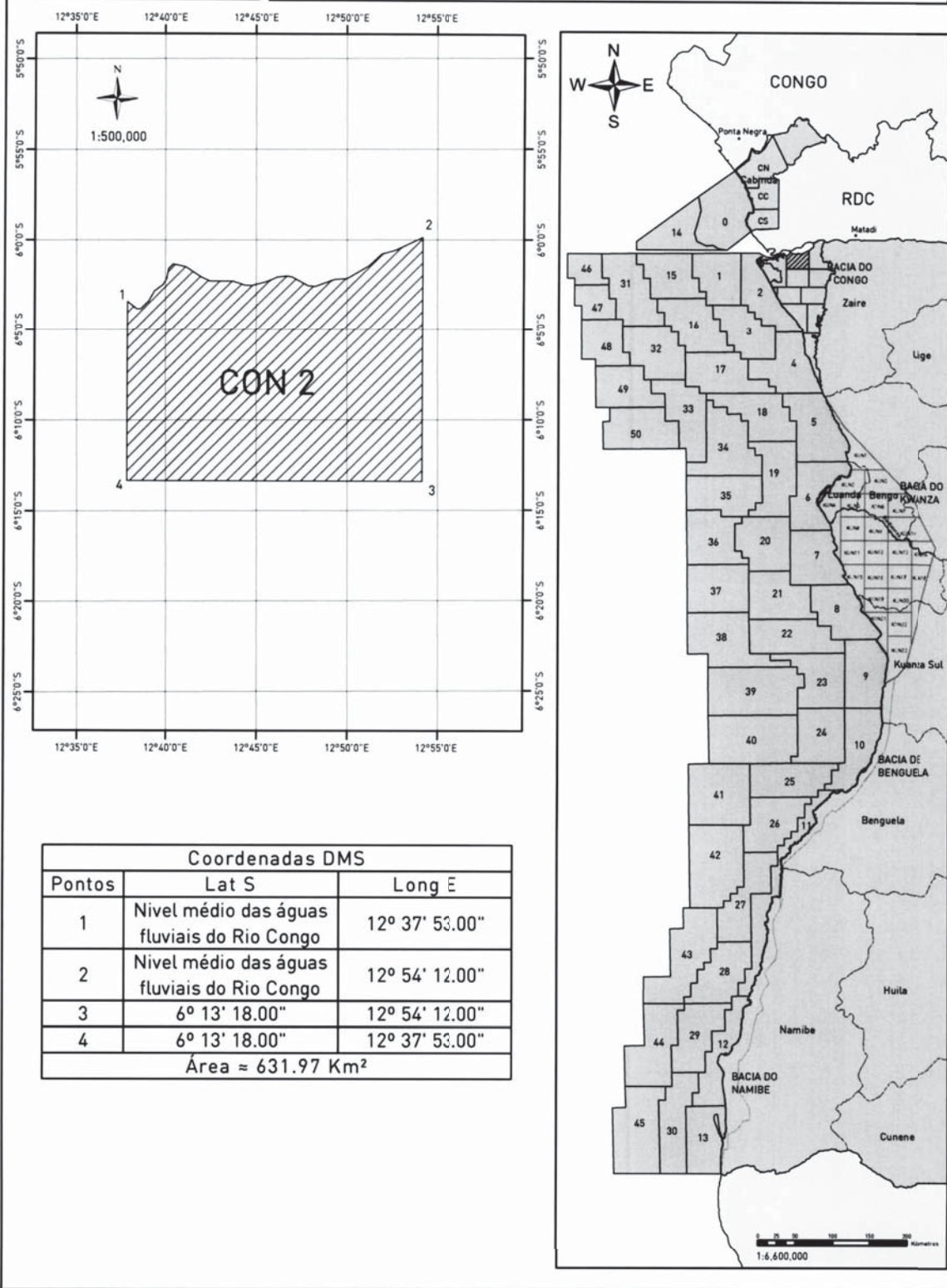
Luanda, aos 6 de Março de 2013.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.



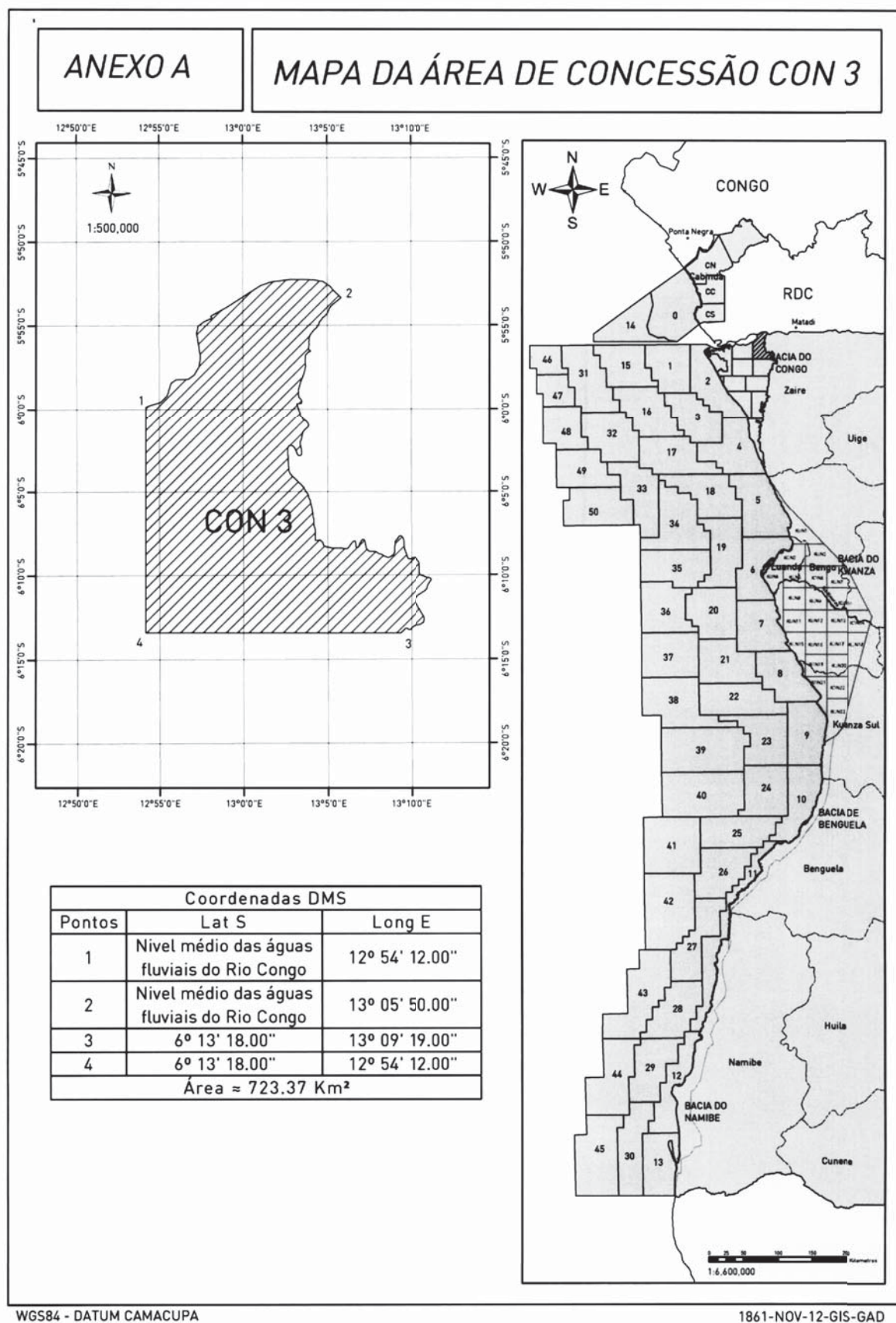
ANEXO A

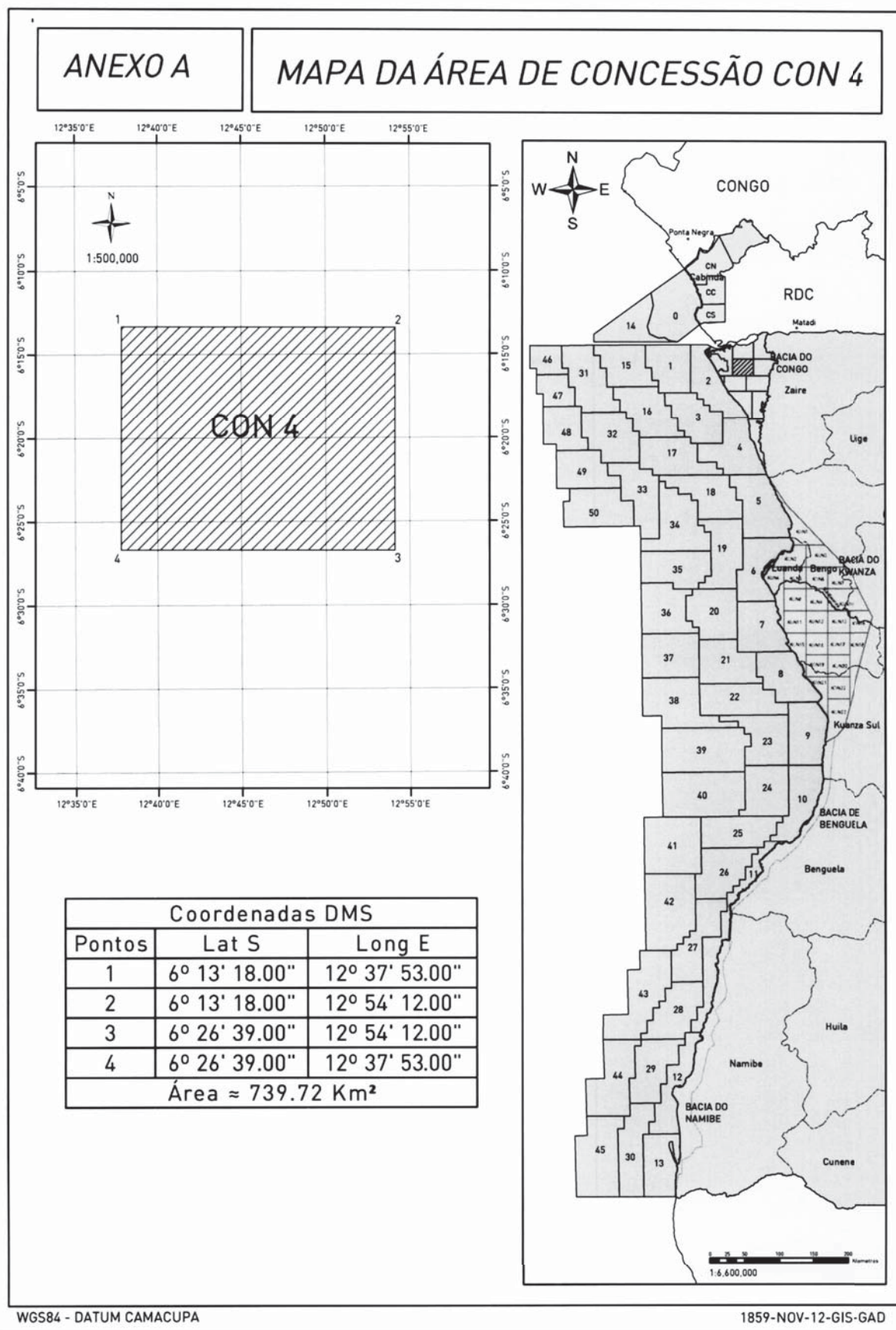
MAPA DA ÁREA DE CONCESSÃO CON 2

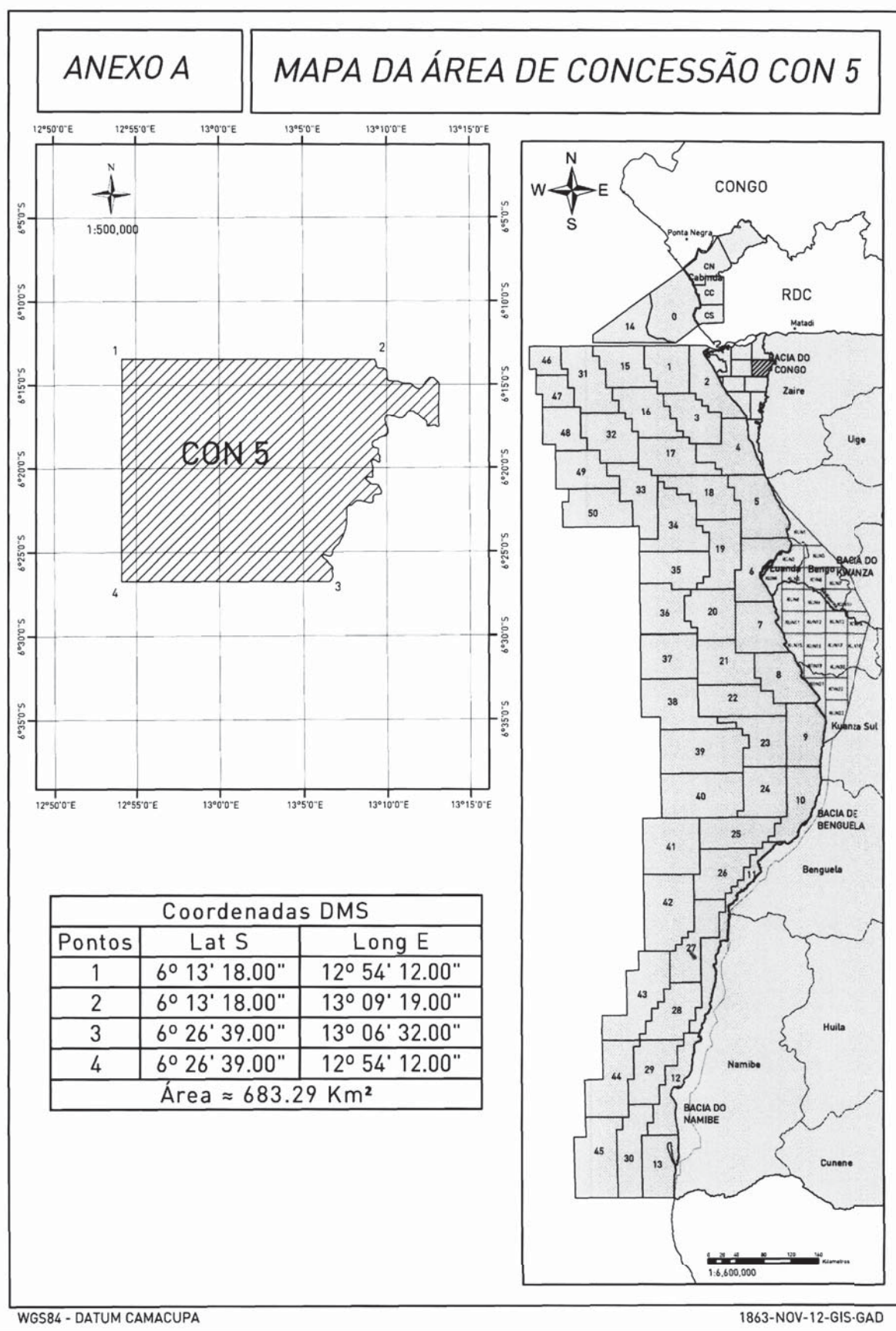


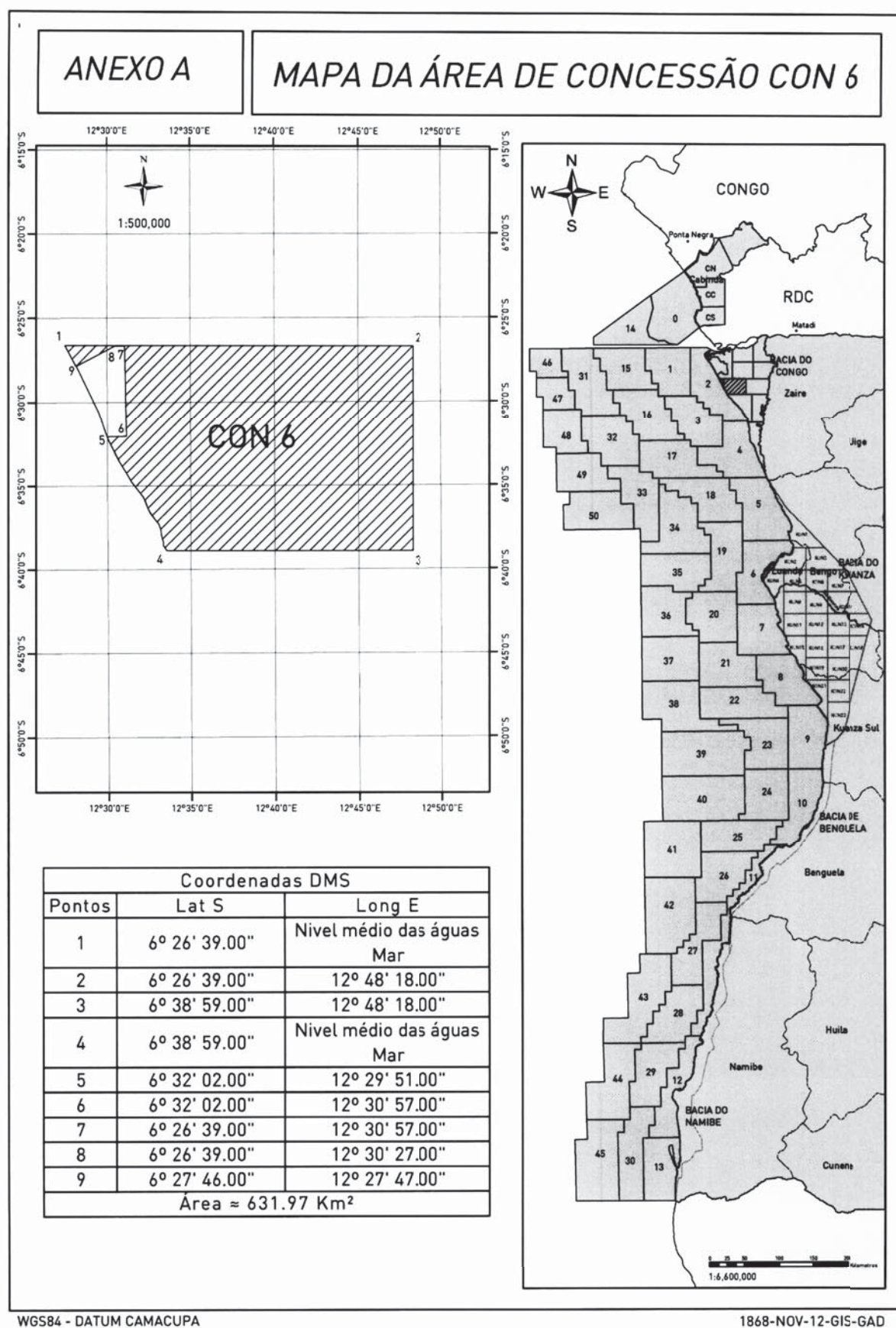
WGS84 - DATUM CAMACUPA

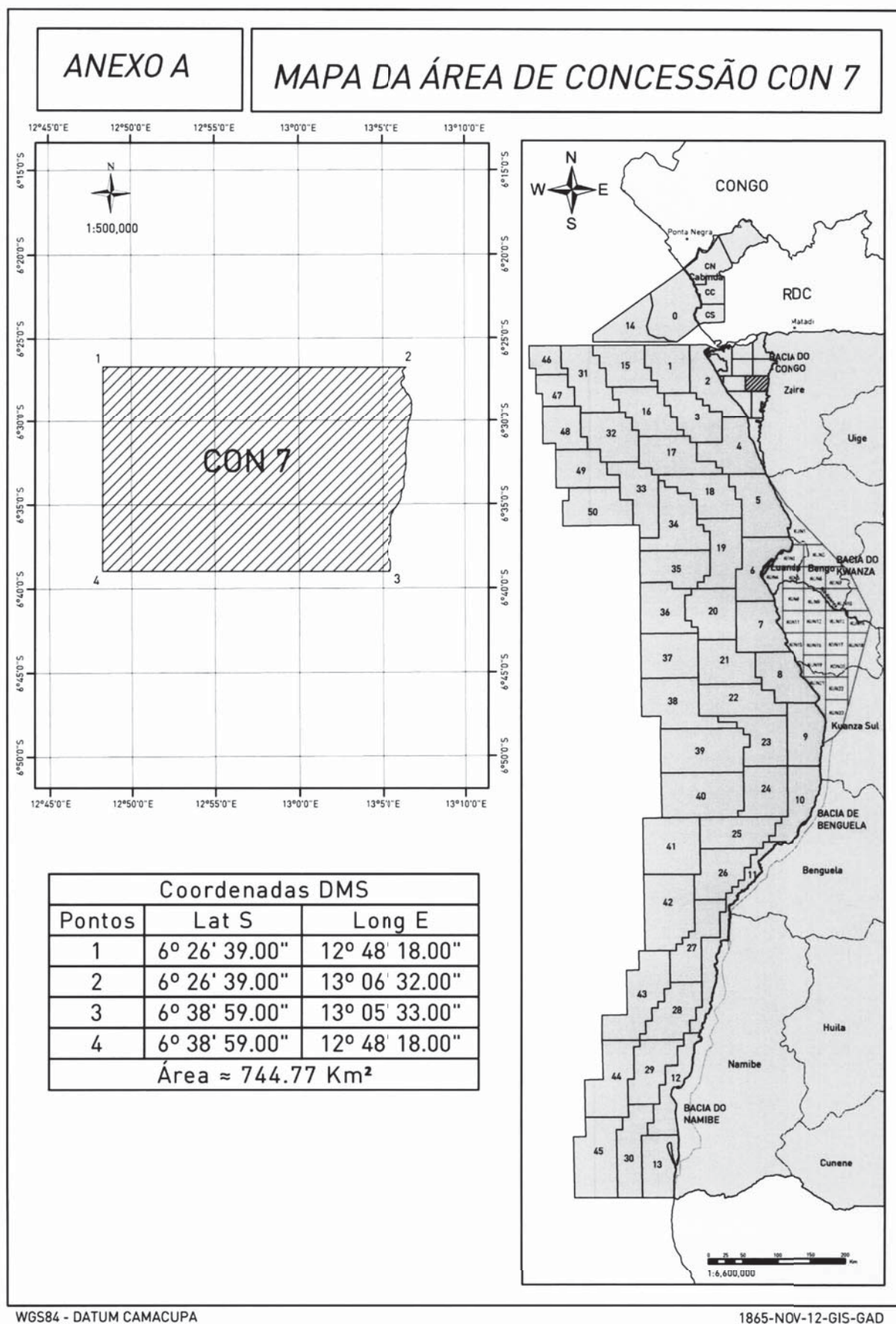
1861-NOV-12-GIS-GAD

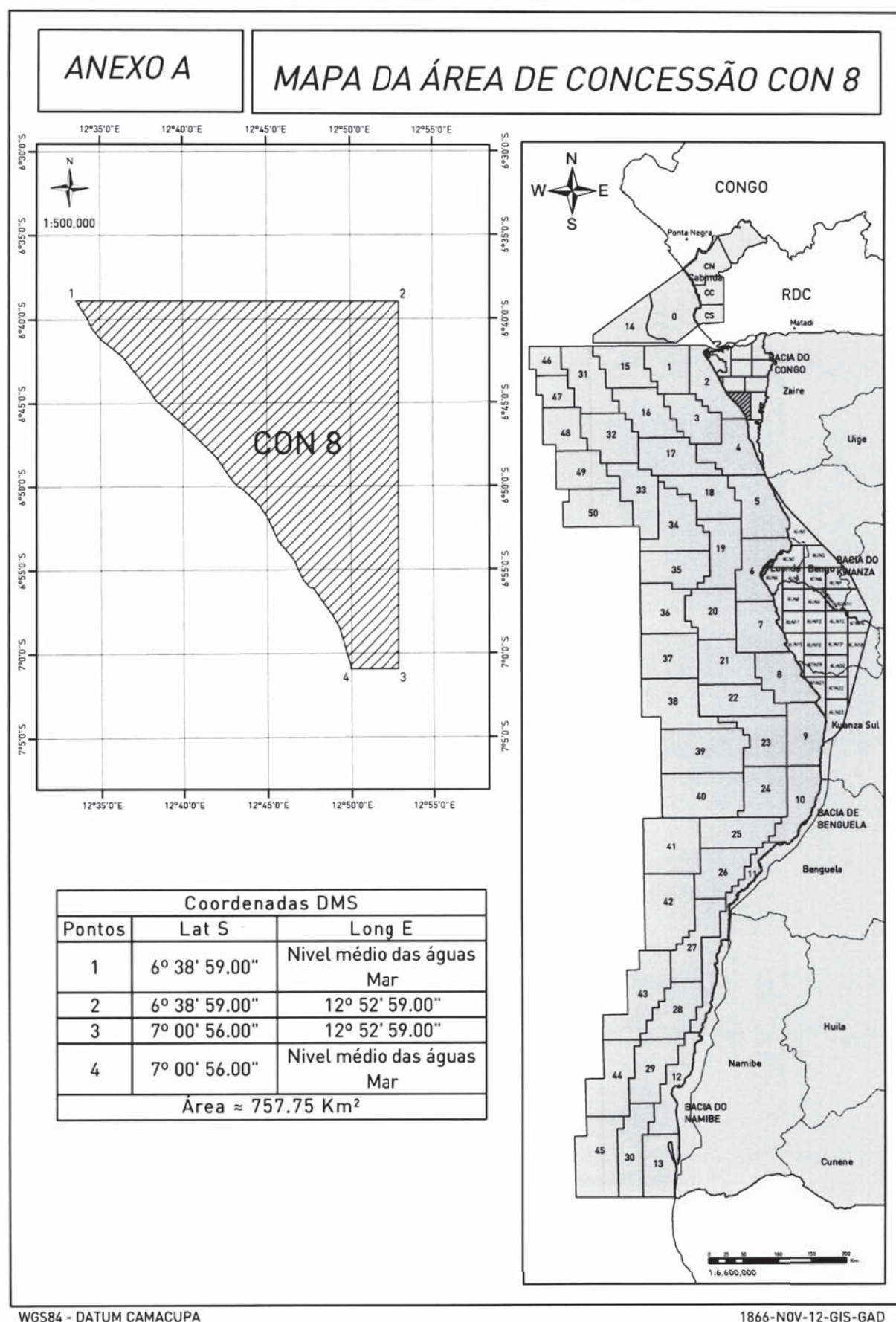


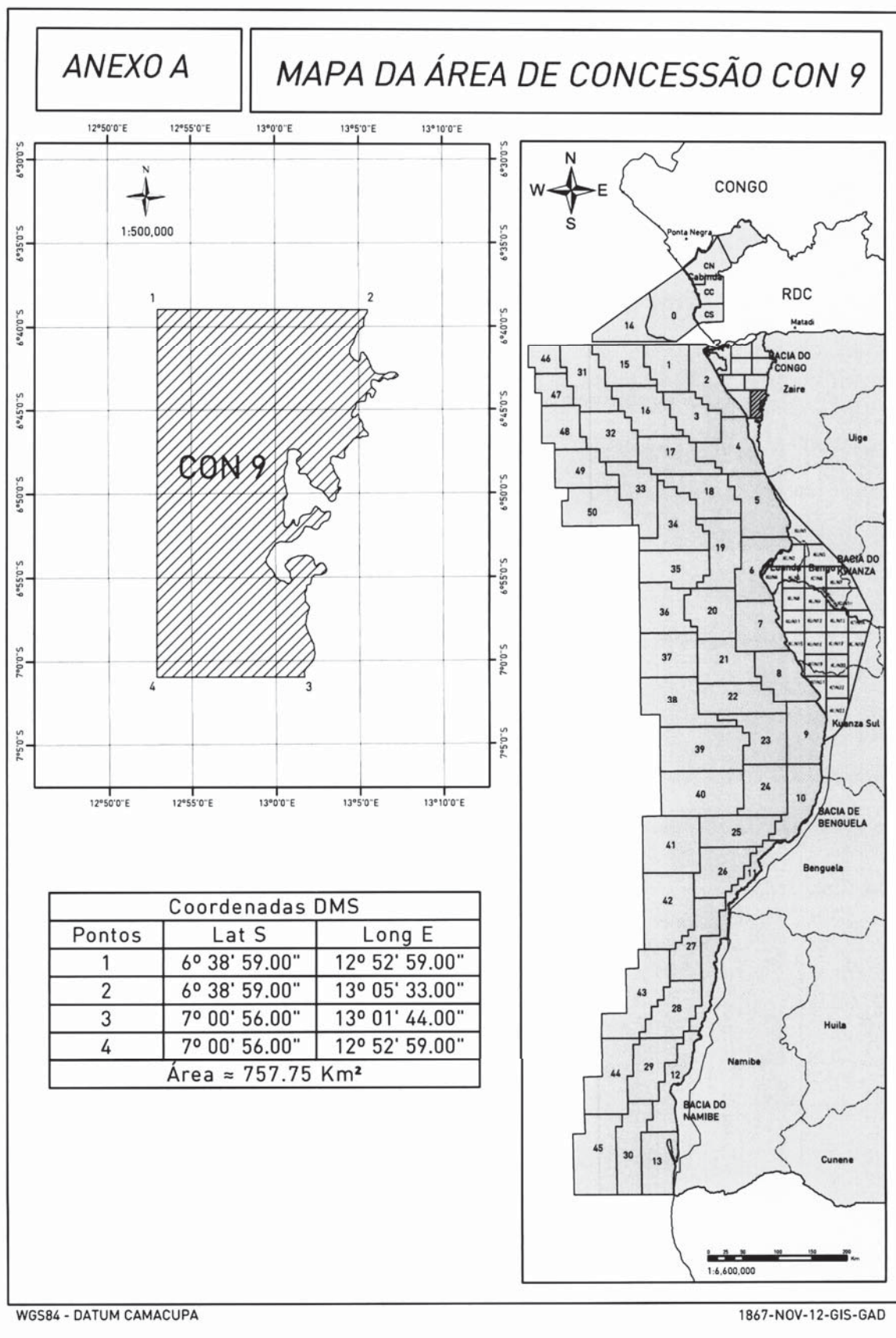


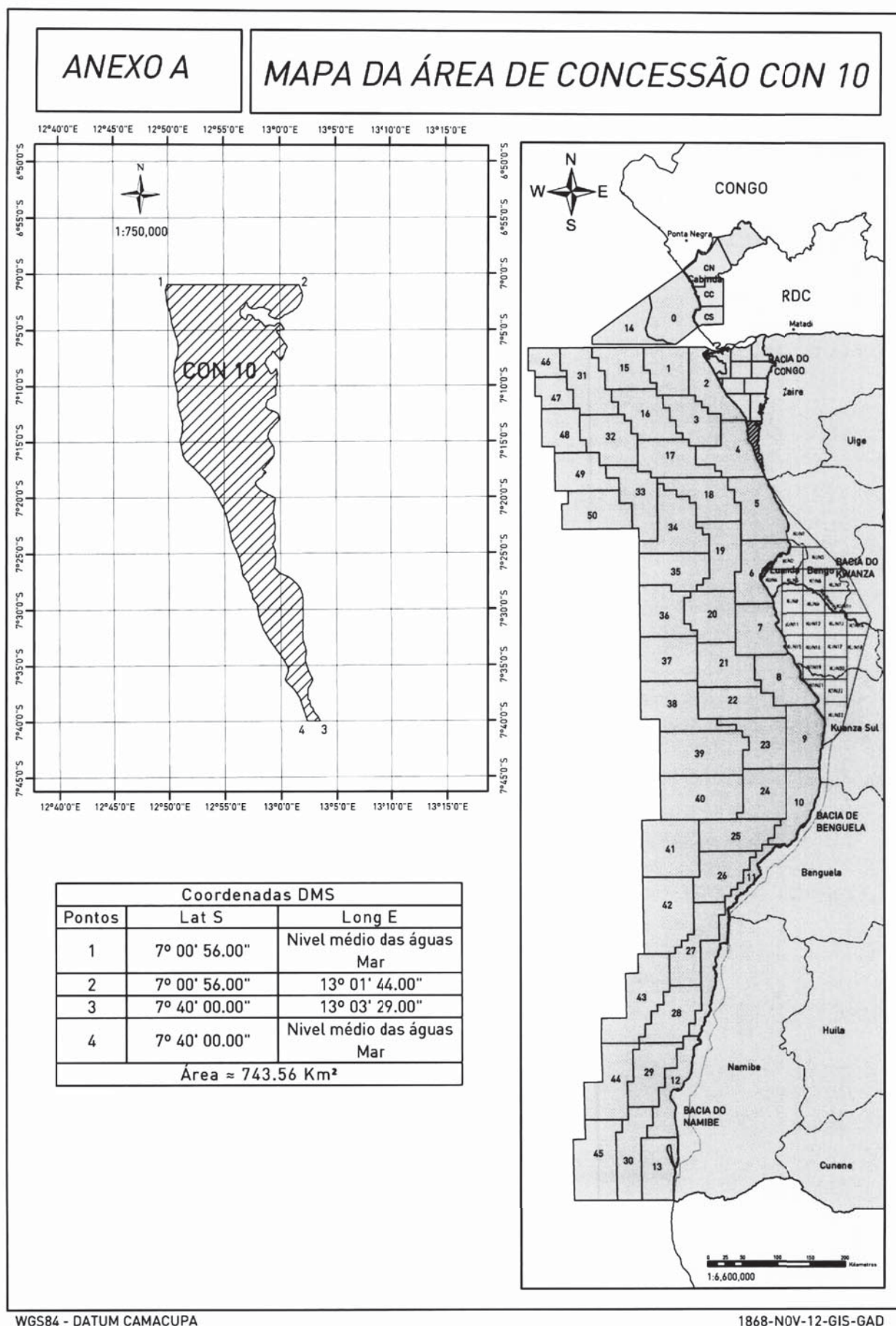












O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.